



GUIA DE
BOAS PRÁTICAS
EM ACESSIBILIDADE

ARENA FONTE NOVA

Sumário

Introdução

1

Conceitos Básicos

- 1.1 Inclusão
 - 1.2 Acessibilidade
 - 1.3 Barreiras
 - 1.4 Deficiência
-

2

Acessibilidade

- 2.1 Acessibilidade Espacial
 - 2.2 Desenho Universal
 - 2.3 Comunicação Acessível
-

3

Fonte Nova Inclusiva

- 3.1 Boas práticas além da norma
 - 3.2 Para saber mais
-

Referências

Introdução

A Arena Fonte Nova é um equipamento estratégico para a grande Salvador que impacta a vida de milhões de pessoas todos os anos.

Este Guia trata da acessibilidade na perspectiva do usuário que frequena os eventos esportivos e culturais oferecidos no equipamento multiuso.

O documento está baseado nas melhores práticas nacionais e internacionais de acessibilidade e inclusão, bem como na análise feita por uma equipe de consultores com deficiência.

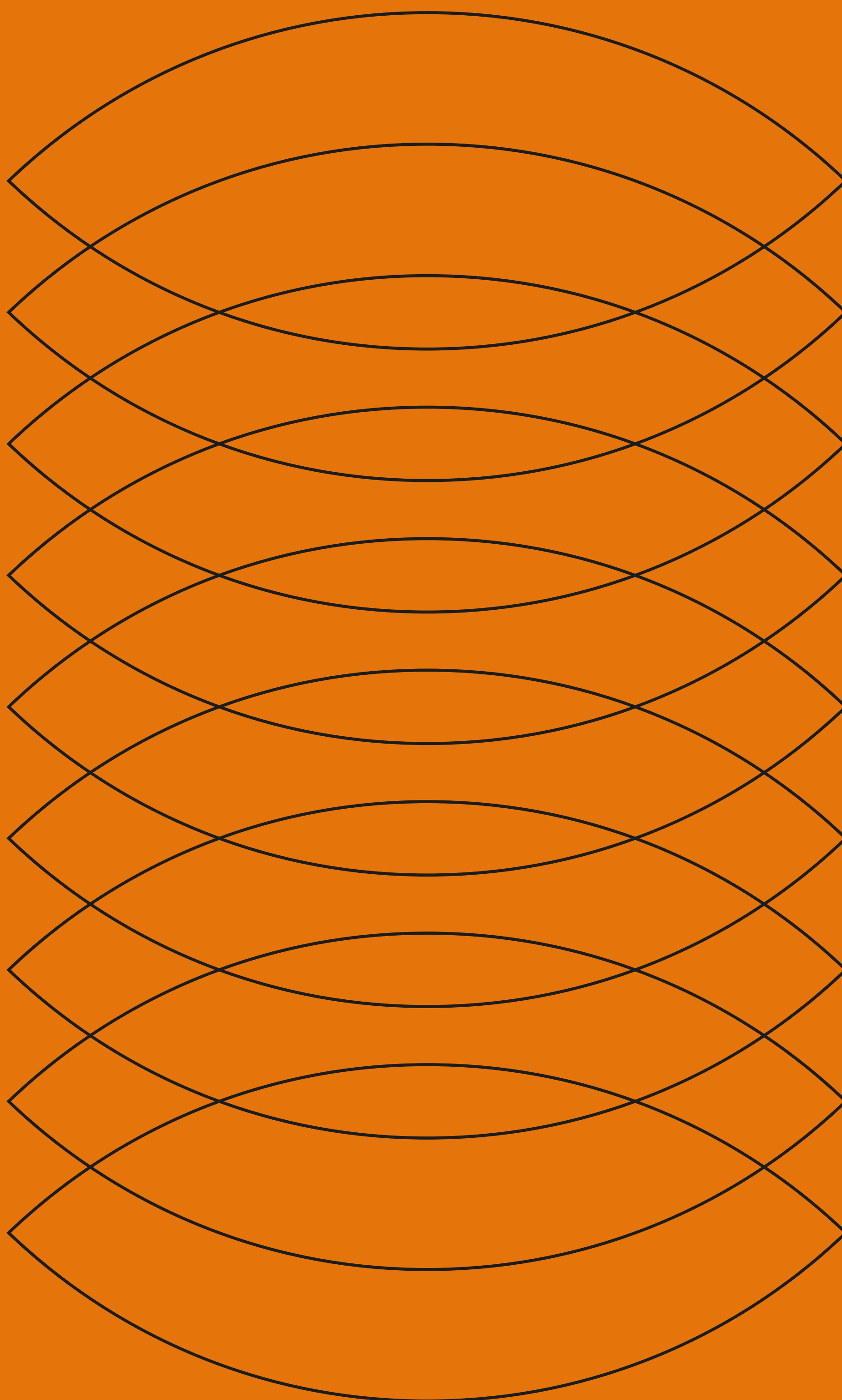
O leitor ou leitora encontrará uma abordagem contextualizada, que parte dos conceitos básicos, apresenta as soluções em acessibilidade disponíveis e finaliza com sugestões específicas para a realidade do equipamento multiuso.

Boa leitura!

SALVADOR, 2024.

Este documento é privado e de uso exclusivo da administração da Arena Fonte Nova e não pode ser publicado ou reproduzido sem autorização prévia.

01



Conceitos
Básicos

1.1

Inclusão

Incluir significa garantir a equidade de condições e oportunidades para todas as pessoas. Vamos lembrar que a palavra equidade não quer dizer o mesmo que igualdade. Enquanto igualdade significa uma distribuição homogênea de oportunidades, a palavra equidade pressupõe uma distribuição justa, observando-se a diversidade das pessoas impactadas pelas ações.

Quando estamos falando de equidade de oportunidades, estamos dizendo que os espaços, serviços, produtos e informações podem ser acessados por toda e qualquer pessoa. Para que isso aconteça, é preciso que essa oferta entenda as necessidades específicas de cada grupo social e forneça

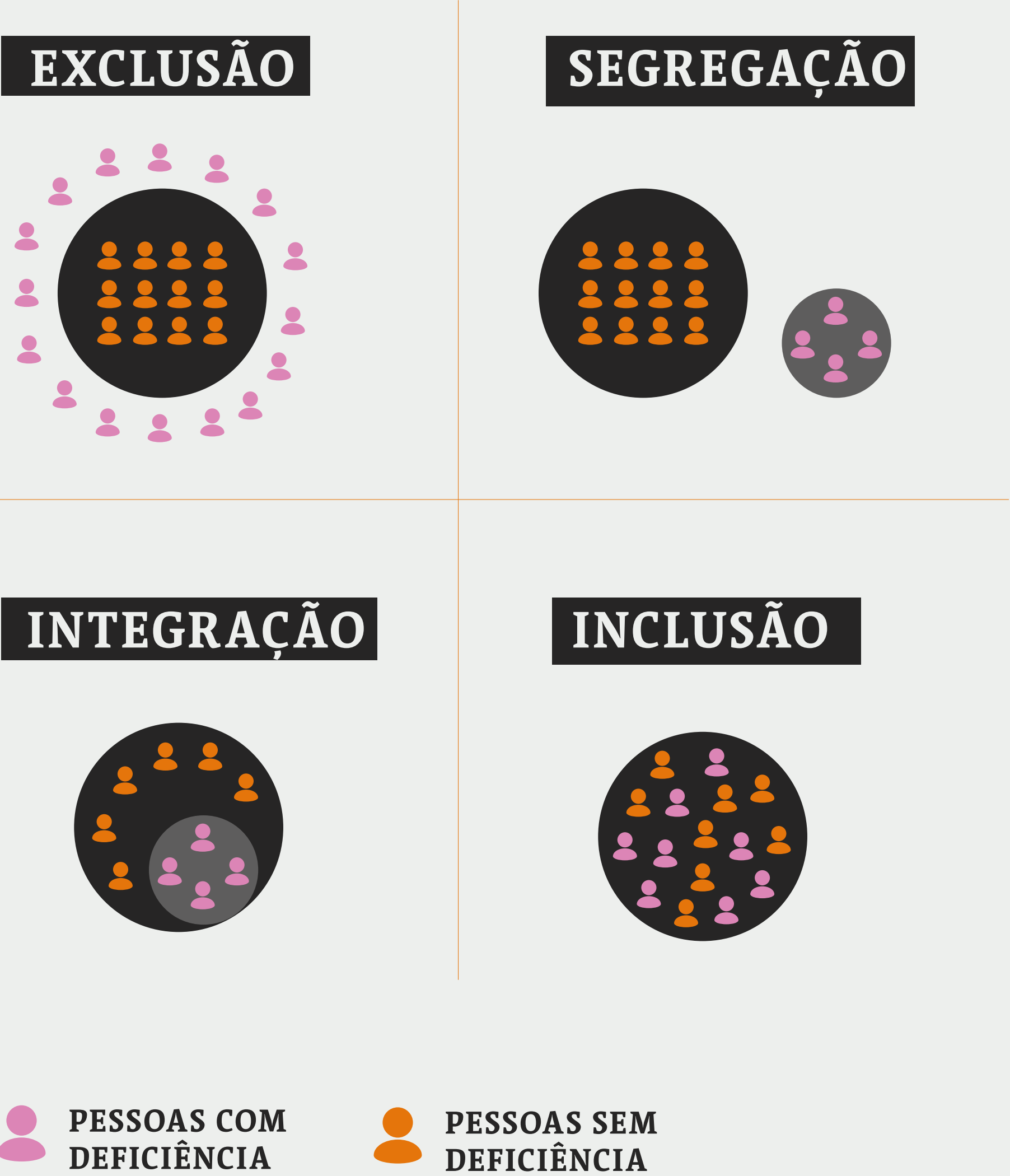
as soluções necessárias para garantir o **acesso de todos**.

Portanto, quando estamos falando de **inclusão**, o pressuposto é que todas as pessoas terão acesso aos mesmos serviços, produtos, espaços e informações, **ao mesmo tempo**, em igualdade de condições.

Podemos citar o caso de uma **escola inclusiva**, que recebe crianças surdas, cegas, com Transtorno do Espectro Autista [TEA] e também sem deficiência. Nessa escola não há separação de turmas por critério de deficiência e capacidade. Ou seja, não há turmas exclusivas para crianças cegas e outra exclusiva para crianças surdas e outra apenas com crianças sem deficiência. Nessa escola, todos assistem à mesma aula de acordo com a idade escolar e as atividades são adaptadas para que todo mundo possa participar.

Dessa maneira, crianças **com e sem deficiência** aprendem umas com as outras e a experiência escolar é muito mais rica. Isso é possível graças às soluções de acessibilidade em todas as suas aplicações.

O gráfico abaixo traz uma perspectiva esquemática simplificada dos conceitos de exclusão, segregação, integração e inclusão.



1.2

Acessibilidade

A acessibilidade é mais do que simplesmente a capacidade de alcançar determinados espaços ou serviços. Ela engloba a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento, proporcionando segurança e autonomia para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em diversos contextos, como espaços públicos, edificações, transportes, acesso à informação, comunicação e serviços abertos ao público.

Ou seja, para que um espaço, produto, informação ou serviço seja acessível, é necessário que o usuário tenha autonomia para o acesso **sem a necessidade de assistência** de outras pessoas e em **completa segurança**.

Vamos tomar como exemplo um espetáculo de música e considerar a jornada de um cliente hipotético:

- 1. Toma conhecimento** do evento por meio de amigos ou por publicidade;
- 2. Decide ir** ao evento depois de ponderar prós e contras;
- 3. Compra o ingresso** pela internet;
- 4. Se informa pela internet**, no dia do evento, se a programação está confirmada, qual é o portão de acesso e horário ideal para chegar ao local do evento;
- 5. Escolhe um modal de transporte** e se desloca até o local do evento;
- 6. Chega no local** do evento, apresenta seu ingresso e acessa o lugar que comprou para assistir ao show;
- 7. Faz uso de sanitários** durante a permanência no evento;
- 8. Consome comidas e/ou bebidas;**
- 9. Volta para casa** ao final do evento usando um modal de transporte escolhido.

A sequência acima descreve a experiência da maior parte dos usuários, com e sem deficiência. Se houver falhas em alguma dessas etapas, o usuário perderá bastante qualidade de experiência, podendo levá-lo à insatisfação ou arrependimento. Além disso, aspectos gerais do espaço como conservação, limpeza e segurança também são fundamentais.

Para pessoas com deficiência, na maioria das vezes haverá ainda muitas **barreiras de acessibilidade** que vão interferir negativamente nessa experiência, dificultando, tornando mais cara ou mesmo inviabilizando o acesso desse público ao evento. Abaixo, algumas barreiras comumente encontradas pelo público com deficiência aplicadas ao exemplo do espetáculo musical.

- O usuário é surdo ou cego e precisa de ajuda para entender as informações do evento porque **a comunicação não está acessível** ou disponível na internet;
- O usuário é surdo ou cego e o **site de vendas de ingresso não é acessível** e ele precisa de ajuda para comprar o ingresso. Enquanto esperava a disponibilidade de alguém para ajudá-lo perde o 1º lote de ingressos e acaba pagando mais caro;
- O usuário usa cadeira de rodas ou tem nanismo, vai à bilheteria física e **não alcança o balcão de vendas** e desconhecidos que estão na fila precisam mediar a compra;
- **Uma barreira metálica móvel foi colocada sobre o piso tátil**, induzindo o usuário cego a chocar-se contra ela;
- A pessoa cega **usuária de cão-guia não é bem recebida** no transporte ou no estabelecimento e precisa reivindicar o acesso com o motorista ou staff do evento;

- O usuário tem mobilidade reduzida e **não consegue confirmar o portão de entrada**, fazendo-o ter que se deslocar lentamente até a entrada correta;
- Na revista, os **seguranças não sabem como proceder** a revista em cadeiras de rodas nem como tratar uma pessoa com deficiência;
- O **sanitário acessível está muito distante** ou tem instalações de acessibilidade inadequadas ou insuficientes;
- O usuário surdo ou cego **não consegue se comunicar com os vendedores** e precisa de mediação de desconhecidos para comprar bebidas e comidas;
- O usuário é surdo sinalizado e **não há tradução em Libras** do que é dito no espetáculo;
- **A rampa acessível disponível é muito íngreme**, tornando necessária a ajuda de outras pessoas para que usuários de cadeira de rodas possam acessar espaços;
- O lixo torna o **chão escorregadio e perigoso**;
- Por **falta de acessos preferenciais**, o usuário com deficiência acaba sendo empurrado junto com a multidão.

As situações descritas acima são genéricas e hipotéticas, no entanto, refletem bem as **barreiras** encontradas por usuários com deficiência ou mobilidade reduzida

ao acessar espaços, serviços, produtos e informações. É importante ressaltar que são apenas alguns exemplos de barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência ao acessar espaços, serviços e produtos.

Por isso, o conceito de **barreira** é muito importante para tornarmos espaços e produtos acessíveis.

1.3

Barreiras

É a acessibilidade que torna possível a superação de barreiras em suas mais variadas formas através de diferentes tecnologias, metodologias, e também de atitudes. Se os espaços, informações, produtos e serviços são acessíveis para todos os públicos, as experiências dos usuários com e sem deficiência são equivalentes. Ou seja, a barreira está nos espaços, produtos e serviços e não na deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão [2015] consolida garantias essenciais para a inclusão das pessoas com deficiência. Em seus primeiros artigos, a lei define entendimentos fundamentais, entre eles o conceito de **barreira**.



O QUE DIZ A LEI?

Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015)

Barreiras qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a. barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b. barreiras arquitetônicas:** as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c. barreiras nos transportes:** as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d. barreiras nas comunicações e na informação:** qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e. barreiras atitudinais:** atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
- f. barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

Portanto, o conceito de barreiras abrange não apenas aspectos físicos e arquitetônicos, mas também de comunicação, de tecnologia e de atitudes que podem limitar a plena participação e usufruto dos espaços, serviços e produtos por todas as pessoas.

Como traz a Lei Brasileira de Inclusão, a barreira atitudinal diz respeito às atitudes das pessoas que lidam com o público com deficiência. Todas as pessoas gostam de ser bem recebidas em espaços públicos e por isso, é importante que os recepcionistas, vendedores, staff, seguranças saibam atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência. Além disso, é importante que esses profissionais não interfiram no bom funcionamento das soluções de acessibilidade implementadas.

Estamos dando ênfase na dimensão atitudinal da acessibilidade porque demanda baixo investimento em treinamento e é crucial para o bom funcionamento das demais medidas de acessibilidade. Ainda que a estrutura arquitetônica, comunicacional ou de transporte estejam perfeitamente acessíveis, se as pessoas que atendem ao público com deficiência não estiverem consonantes, os esforços vão por água abaixo. Situações que ilustram esse fato:

- Colaborador posiciona uma **cadeira ou gradil sobre o piso tátil;**
- **segurança constrange a pessoa** em cadeira de rodas no momento da revista;

- **atendente do bar ignora a pessoa com deficiência** e se comunica apenas com o seu acompanhante;
- **vendedor de ingresso não conhece a lei** e se recusa a vender meia entrada para uma pessoa surda;
- **atendente/vendedor não permite atendimento preferencial** a pessoa com deficiência não aparente;
- **motorista não aceita cão guia** em ônibus ou carro de aplicativo.
- **motoristas de aplicativos recusa transportar** pessoas com deficiência/usuários de cadeiras de rodas
- **atendente grita com uma pessoa surda** imaginando que ela vá ouvir dessa maneira ou grita com uma pessoa cega por confundir as deficiências;
- **segurança não permite que o acompanhante** acesse a área reservada para pessoas com deficiência;
- **recepcionista infantiliza** a pessoa com deficiência;
- a comunicação institucional **relaciona pessoas com deficiência a super-heróis** ou associa medidas de acessibilidade a “fazer o bem”.

É essencial reconhecer que o processo de eliminar barreiras é **dinâmico e contínuo** e não acontece de uma só vez. Recomenda-se começar por implementar as soluções em acessibilidade que a legislação e as normas técnicas

preconizam, no entanto, nada impede que um conjunto de ações seja realizado para identificar e eliminar barreiras que não têm obrigatoriedade legal.

O ponto principal é que a inclusão deve ser um caminho progressivo e sem retorno. Tão importante quanto implementar novas soluções de acessibilidade e inclusão é manter as estruturas e práticas que já existem. Infelizmente, ainda é comum que a acessibilidade de espaços, serviços e produtos se deteriore após sua implementação devido à falta de cultura de inclusão, protocolos de manutenção e treinamento de pessoal.

1.4

Deficiência

As percepções sobre a deficiência e a identificação das pessoas com deficiência têm passado por transformações ao longo dos anos, refletindo os avanços nas conquistas desse segmento da população em prol do direito de viver em sociedades inclusivas, onde a igualdade de oportunidades seja uma realidade.

Até meados do século 20, a deficiência era percebida dentro de um modelo biomédico, ou seja, como uma característica fisiológica de indivíduos que deveria ser superada individualmente.

A partir da década de 1960, no Reino Unido, houve um movimento que buscava superar o modelo biomédico através

da perspectiva do modelo social. Nessa abordagem, a responsabilidade pela inclusão recai sobre a sociedade que precisa eliminar as barreiras que impedem a inclusão das pessoas com deficiência.

Em 2007, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, representou um marco significativo nessa trajetória. A Convenção [promulgada no Brasil em 2009, através do Decreto nº 6.949] estabeleceu o modelo biopsicossocial da deficiência, considerando tanto as barreiras ambientais e atitudinais quanto as especificidades individuais de pessoas com deficiência.



Fonte Adaptada de Dall’Agnol [2018]

A abordagem inovadora da Convenção concebe a deficiência como resultado da interação entre as pessoas e diversas barreiras, seja de atitudes ou de ambiente,

que impedem a participação plena e efetiva na sociedade. Essa perspectiva vai além de atribuir “limitações” ou “falhas” às pessoas com deficiência, buscando, em vez disso, reconhecer que são as barreiras sociais e ambientais que criam obstáculos à sua inclusão.



O QUE DIZ A LEI

Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015)

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem **impedimento de longo prazo** de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, **em interação com uma ou mais barreiras**, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É crucial entender que a deficiência é uma característica constituinte da diversidade humana, não interferindo em outras dimensões, como caráter, orientação sexual ou talento profissional. É imperativo destacar que, acima de tudo, as pessoas com deficiência são pessoas comuns, presentes em todas as culturas e estratos sociais.

O desenvolvimento de cada indivíduo, inclusive daqueles com deficiência, depende mais de sua condição social, oportunidades educacionais e influências culturais do que da própria deficiência que possam ter. Assim, ao compreender a deficiência como uma parte da diversidade, podemos contribuir para

sociedades mais inclusivas, onde todos tenham a oportunidade de participar plenamente e contribuir de maneira significativa.

Para consolidar esse tópico, sugerimos consultar a tabela abaixo com algumas das terminologias mais atualizadas relativas às pessoas com deficiência:

Pessoa com deficiência física	usado em substituição aos termos “deficiente” e “deficiente físico”, refere-se à pessoa com impedimento de natureza física. A terminologia “deficiência física” alude a uma categoria que c'ontempla vários tipos: paralisias, amputações, baixa estatura, paresias, malformações congênitas, entre outras.Contudo, não deve ser utilizada para se referir a todas as pessoas com deficiência.
Pessoa com deficiência sensorial	geralmente utilizado para se referir às pessoas com deficiência visual, auditiva ou surdocegueira.
Pessoa com deficiência visual	a terminologia “deficiência visual” remete a uma categoria que envolve dois tipos: baixa visão e cegueira [ambas em diferentes graus].

Pessoa cega	peessoas cegas costumam aceitar serem chamadas de cegas, no entanto deve-se evitar usar os termos “pessoa com cegueira total” ou “pessoa cega total”, uma vez que se tornam redundantes.
Pessoa com baixa visão	usado em substituição ao termo “pessoa com visão subnormal”
Pessoa com deficiência auditiva	a terminologia “deficiência auditiva” relaciona-se às categorias baixa audição e surdez [ambas em vários graus].
Pessoa surda	a maioria das pessoas surdas preferem ser chamadas de surdas, no entanto deve-se evitar dizer “pessoa com surdez total”, “pessoa surda total” ou “surdo total”.
Pessoa surdocega	terminologia utilizada para pessoas que têm deficiência visual e auditiva concomitante, ambas em diferentes graus.
Pessoa surda sinalizante	refere-se à pessoa surda que se comunica pela língua de sinais, por meio da Língua Brasileira de Sinais [Libras] no Brasil.

Pessoa surda oralizada	refere-se à pessoa surda que utiliza a linguagem oral para se comunicar, por meio da Língua Portuguesa no Brasil, independentemente de saber ler lábios ou não, usar aparelho auditivo ou não.
Pessoa com baixa audição	é usado em substituição aos termos “surdo parcial” ou “pessoa com surdez parcial”.
Pessoa com deficiência intelectual	é usado em substituição aos termos “retardado mental”, “excepcional” ou “deficiente mental”. A terminologia “deficiência intelectual” corresponde a uma categoria de muitos tipos, a depender do déficit cognitivo, das habilidades adaptativas, dos apoios e demais fatores.
Pessoa com deficiência múltipla	refere-se à pessoa que tem duas ou mais deficiências concomitantes.
Pessoa com mobilidade reduzida	é aquela que, devido a motivos diversos, como ter idade superior a 60 anos, ser lactante, ser gestante ou estar com criança de colo, tem dificuldades para se movimentar, ocasionando diminuição da mobilidade, da coordenação motora, da flexibilidade ou da percepção.

02

Acessibilidade

2.1

Acessibilidade Espacial

A Acessibilidade Espacial é a capacidade de participação e uso igualitário dos espaços por todas as pessoas (Oliveira, 2006). É fundamental que o usuário compreenda as funções e relações espaciais do local para realizar atividades com segurança e autonomia.

Os componentes da Acessibilidade Espacial, classificados por Dischinger et al. [2012], abrangem **Orientação Espacial, Comunicação, Deslocamento e Uso**. É importante abordar holisticamente essas quatro dimensões, pois quando há uma falha em uma delas, as demais são comprometidas.

1. USO

Garantir o acesso a determinados espaços não é o único aspecto relevante, pois é fundamental que o usuário possa desempenhar suas funções de maneira eficaz. Nesse contexto, o componente de Uso aborda a participação eficiente e a realização de atividades por todas as pessoas, podendo envolver o uso de tecnologia assistiva [Dischinger, Bins Ely, Piardi, 2012].

Considerando um estádio de futebol, é crucial que os espaços sejam projetados não apenas para permitir o acesso, mas para garantir que torcedores com diferentes necessidades possam desfrutar plenamente do evento.

Sanitários adaptados e de fácil acesso, arquibancadas com áreas reservadas para cadeiras de rodas e informações sobre o jogo disponíveis em formatos acessíveis são exemplos práticos que contribuem para a inclusão e participação de todos, independentemente de suas capacidades individuais. Essas medidas não apenas proporcionam acesso, mas também garantem uma experiência envolvente e inclusiva para todos os torcedores.

2. DESLOCAMENTO

Este componente espacial está associado à capacidade de qualquer pessoa se movimentar por trajetos horizontais e verticais de maneira autônoma, segura e confortável, visando alcançar os ambientes de destino [Dischinger, Bins Ely, Piardi, 2012].

Quando tratamos do deslocamento horizontal, isto é, nos mesmos planos

ou pavimentos, é essencial que a circulação seja nivelada, livre de barreiras, antiderrapante e adequadamente iluminada. Garantir a continuidade desses percursos é crucial, especialmente para idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

Já o deslocamento vertical refere-se à circulação entre pavimentos ou níveis distintos. Nesse contexto, soluções como escadas, rampas, elevadores e plataformas elevatórias são fundamentais para garantir que todas as pessoas possam transitar de maneira eficaz e inclusiva no ambiente.

3. COMUNICAÇÃO

O componente de Comunicação abrange a troca de informações interpessoais e o uso de equipamentos de tecnologia assistiva, visando facilitar o acesso, compreensão e participação em atividades [Dischinger, Bins Ely, Piardi, 2012]. É essencial que as informações sejam acessíveis a todos, considerando a diversidade de usuários.

Para garantir a acessibilidade da informação, os espaços devem fornecer recursos em diferentes formatos, possibilitando a comunicação eficaz entre usuários com diversas deficiências, como auditiva e visual. Isso pode envolver a disponibilidade de materiais em Braille, sinalização sonora, otimização de sites e redes sociais para usuários de leitores de tela, língua de sinais [Libras], legendas em vídeos e outras medidas que promovam a inclusão e o entendimento universal das informações presentes no ambiente.

4. ORIENTAÇÃO ESPACIAL

O conceito de Orientação Espacial, ou Orientabilidade, engloba as características arquitetônicas e os suportes informativos que viabilizam o reconhecimento da identidade e das funções dos espaços, facilitando a definição de estratégias de deslocamento e uso [Dischinger, Bins Ely, Piardi, 2012].

No contexto de estádios e eventos esportivos, recursos como sinalizações no chão, piso tátil, mapa tátil, maquete tátil e placas informativas desempenham um papel crucial. Por exemplo, imagine um estádio de futebol onde linhas táteis no chão indicam as rotas para acessar diferentes setores, banheiros adaptados e áreas de alimentação. Da mesma forma, placas informativas estrategicamente posicionadas podem fornecer orientações sobre a localização de assentos acessíveis, pontos de interesse e saídas de emergência.

Outra aplicação seria durante eventos no estádio, como concertos ou cerimônias. Sistemas de orientação podem indicar aos participantes as áreas de estacionamento, entradas específicas para diferentes setores e a localização de pontos de atendimento ao público.

Essas medidas não apenas tornam os espaços mais acessíveis, mas também contribuem para uma experiência mais inclusiva e agradável para todos os participantes, independentemente de suas necessidades específicas.

2.2

Desenho Universal

O conceito de Desenho Universal, também conhecido como Desenho para Todos, foi originado na década de 1960 no campo da arquitetura, destacando-se por sua ênfase na criação de espaços e produtos acessíveis e inclusivos. A essência desse conceito reside na aspiração pela construção de ambientes, produtos e soluções que estejam livres de quaisquer barreiras, proporcionando uma experiência utilizável por um amplo espectro de pessoas, como crianças, idosos, pessoas com e sem deficiência.

O Desenho Universal visa eliminar obstáculos, não apenas físicos, mas também cognitivos, sensoriais e

relacionados a habilidades, promovendo a igualdade de acesso para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.

Este conceito vai além da mera conformidade com normas e regulamentos de acessibilidade, enfatizando a importância de considerar a diversidade humana desde o estágio inicial de planejamento. O Desenho Universal, portanto, representa um compromisso com a equidade, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e buscando proporcionar uma experiência enriquecedora para todos.

O Desenho Universal considera sete princípios que podem ser aplicados a qualquer produto, serviço ou espaço.

1. IGUALITÁRIO – USO EQUITATIVO

PRINCÍPIO Garantir que o design seja útil e acessível para pessoas de todas as habilidades.

EXEMPLO Instalação de rampas e elevadores em estádios para permitir o acesso fácil a pessoas com mobilidade reduzida, idosas, obesas, gestantes, com nanismo, crianças, tornando os diferentes níveis do estádio igualmente acessíveis.



Construtores instalam primeiras 'cadeiras largas' para torcedores obesos na Copa do Mundo de 2014 no Brasil.

Fonte [METRO NEWS UK](#)

2. ADAPTÁVEL – FLEXIBILIDADE NO USO

PRINCÍPIO Oferecer uma variedade de métodos para utilização dos espaços e serviços.

EXEMPLO Disponibilização de assentos ajustáveis ou que comportem pessoas obesas, com nanismo e crianças, além de espaços para cadeiras de rodas em diferentes áreas de espectadores, permitindo que as pessoas possam escolher o ambiente que melhor atenda às suas necessidades e a de seus acompanhantes.



Catracas acessíveis para pessoas com mobilidade reduzida ou em cadeiras de rodas no estádio Accor, em Sidney

3. ÓBVIO – USO SIMPLES E INTUITIVO

PRINCÍPIO Eliminar complexidades desnecessárias e tornar o uso intuitivo.

EXEMPLO Sinalizações claras e intuitivas em todo o estádio, facilitando a orientação para pessoas com baixa visão, deficiência visual, daltonismo, surdas e com Transtorno do Espectro Autista, pessoas idosas e com baixo letramento. Outro exemplo é a compra de ingresso através de sistema online simplificado, que pode ser acessado por pessoas com baixo letramento digital e usuários de leitores de tela.



Sinalização direta, abundante, em fonte ampliada e em alto contraste em área de circulação do estádio Accor, em Sidney

4. CONHECIDO – INFORMAÇÃO PERCEPTÍVEL

PRINCÍPIO Garantir que as informações importantes estejam disponíveis em diferentes formatos perceptíveis por todos.

EXEMPLO Anúncios visuais, em língua de sinais, sonoros e táteis sobre informações críticas, como mudanças no jogo, situações de emergência, orientações de entrada e saída, para atender a diversas especificidades do público.de tela.

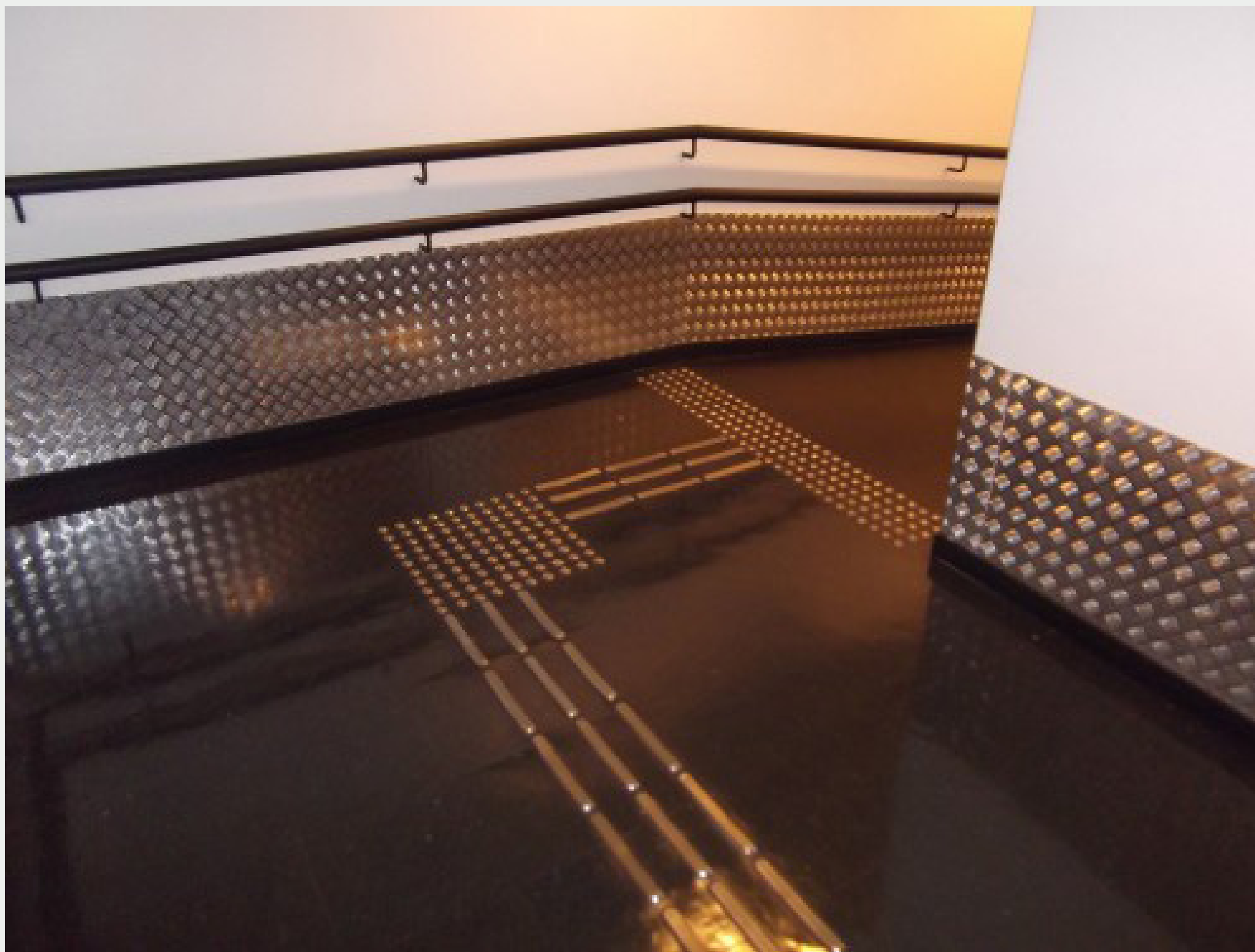


Mapa tátil, sonoro, em braille e alto contraste do Estádio Nacional de Tokio

5. SEGURO – TOLERÂNCIA AO ERRO

PRINCÍPIO Projetar de maneira a minimizar riscos e consequências adversas de ações involuntárias ou acidentais.

EXEMPLO Barreiras físicas ou protetores em áreas elevadas para prevenir quedas acidentais. Outro exemplo é a repetição de todas as informações relevantes para o usuário [portões, horários, regras] em todas as comunicações, da compra do ingresso ao fim do evento.



Corredor acessível com piso tátil direcional e de alerta em alto contraste e corrimão em duas alturas

6. SEM ESFORÇO – BAIXO ESFORÇO FÍSICO

PRINCÍPIO Minimizar a intensidade do esforço físico necessário para usar o ambiente.

EXEMPLO Design de assentos confortáveis e amplos corredores para facilitar a locomoção, tornando o estádio mais confortável para todos. Outro exemplo é a distância entre banheiros, bares, bebedouros e demais serviços compatíveis com o tamanho do espaço e quantidade de público.



Guichê de atendimento em altura apropriada para usuário de cadeira de rodas e pessoas com nanismo. Solução de pagamento apropriada para diversidade de usuários

Fonte [Ideas design](#)

7. ABRANGENTE – DIMENSÃO E ESPAÇO ADEQUADOS

PRINCÍPIO Oferecer espaço suficiente para uso e movimentação, independentemente do corpo do usuário.

EXEMPLO Instalação de banheiros acessíveis e espaços de circulação amplos para acomodar cadeiras de rodas, carrinhos de bebê, trocadores e acompanhantes.



Sanitário acessível

2.3

Comunicação Acessível

A comunicação é uma dimensão inseparável da acessibilidade. Assim como uma rampa adequada atende a usuários de cadeiras de rodas e também a pessoas sem deficiência, crianças, gestantes e idosos, a comunicação acessível atinge todos os públicos.

No contexto de um equipamento multiuso do porte da Arena Fonte Nova, a comunicação clara e objetiva garante a qualidade da experiência dos usuários e também a segurança de todos.

Os recursos de acessibilidade podem e devem ser usados de maneira combinada, com o objetivo de atingir a todo o público de maneira indistinta. Para usarmos um exemplo prático, a informação no telão do

estádio pode contar com áudio, texto e língua de sinais.

A informação pode estar disponível em áudio, em texto, em imagens, em língua de sinais, em linguagem simples e de maneira tátil, como em braille, mapas e maquetes táteis. Vamos conhecer melhor cada recurso de acessibilidade comunicacional:



LÍNGUA DE SINAIS

Enquanto as línguas orais acontecem através de sons ou textos, nas línguas de sinais a comunicação se dá via gestual espacial. E como o português, o espanhol ou o mandarim, a Libras está viva, vivíssima: tem regionalismos, sotaques e está em constante mudança.

Existe uma diversidade na comunidade surda, com pessoas sinalizadas [que têm a Libras como primeira língua], pessoas oralizadas [que têm o português como primeira língua], pessoas com baixa audição, pessoas com implante coclear e aparelhos auditivos. O uso do português escrito não substitui a língua de sinais, e vice-versa.



TEXTO EM PORTUGUÊS

Todos sabemos que o texto em português é fundamental para a comunicação visual em qualquer espaço público. É importante lembrar que deve estar em alto contraste, para melhorar a visibilidade por pessoas com baixa visão, daltonismo e para o público em geral. Além disso, as legendas em vídeos, coberturas e inserções no

telão são fundamentais para que o público surdo entenda o contexto do que acontece dentro e fora de campo.



AUDIODESCRIÇÃO

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade para pessoas cegas e com baixa visão acessarem todas as informações que ocorrem no âmbito visual. Esse recurso de acessibilidade é usado em uma variedade de situações.

Em eventos culturais, esportivos e educacionais, as pessoas com deficiência visual têm um canal sonoro [via rádio ou streaming] com audiodescrição ao vivo. Em um contexto de futebol, por exemplo, é incluída uma dimensão além da tradicional transmissão narrada do jogo. Nesse exemplo, a audiodescrição localiza o público que não enxerga sobre o que acontece na torcida, como está o dia, como é o espaço do estádio, além de informações de segurança e orientação espacial.

Para vídeos, a audiodescrição é incluída na faixa de áudio, de modo que o espectador tem a descrição das imagens que aparecem no vídeo entremeada pelas vozes originais [personagens e narrador].

Para imagens, o recurso é comumente utilizado em redes sociais no campo de texto alternativo ou ALT text. Os leitores de tela são aplicativos que transformam em áudio o conteúdo escrito de sites, redes sociais e livros e são muito populares entre pessoas com deficiência visual. Nesses casos, o autor das postagens

escreve o que está visualmente disponível na imagem e insere essa descrição de maneira oculta para ser lido por usuários de leitores de tela.



BRaille

A experiência de leitura em Braille é muito similar à do texto impresso, onde o leitor percebe letra a letra, palavra a palavra, sem a necessidade da mediação sonora de um locutor ou aplicativo leitor de tela.

Esse tradicional recurso de acessibilidade para pessoas com deficiência visual é mais amplamente utilizado em comunicações mais curtas, como cardápios e placas de orientação em sanitários, elevadores e escadas.



MAPA E MAQUETE TÁTEIS

Objetos táteis são um recurso de orientação espacial valioso para pessoas não-videntes.

Mapas táteis situados em posições estratégicas como entradas de ambientes e em frente a elevadores apresentam ao público com deficiência visual o caminho do piso tátil e a localização de pontos de interesse, como banheiros, bares e outros serviços.

A maquete tátil é um recurso muito interessante para dar dimensão de edificações e distribuição urbanística de espaços com escala monumental. Uma maquete que pode ser livremente tocada pelo público com deficiência visual é fundamental para percepção de formas, dimensões e localização de grandes construções, seus acessos e seus usos.

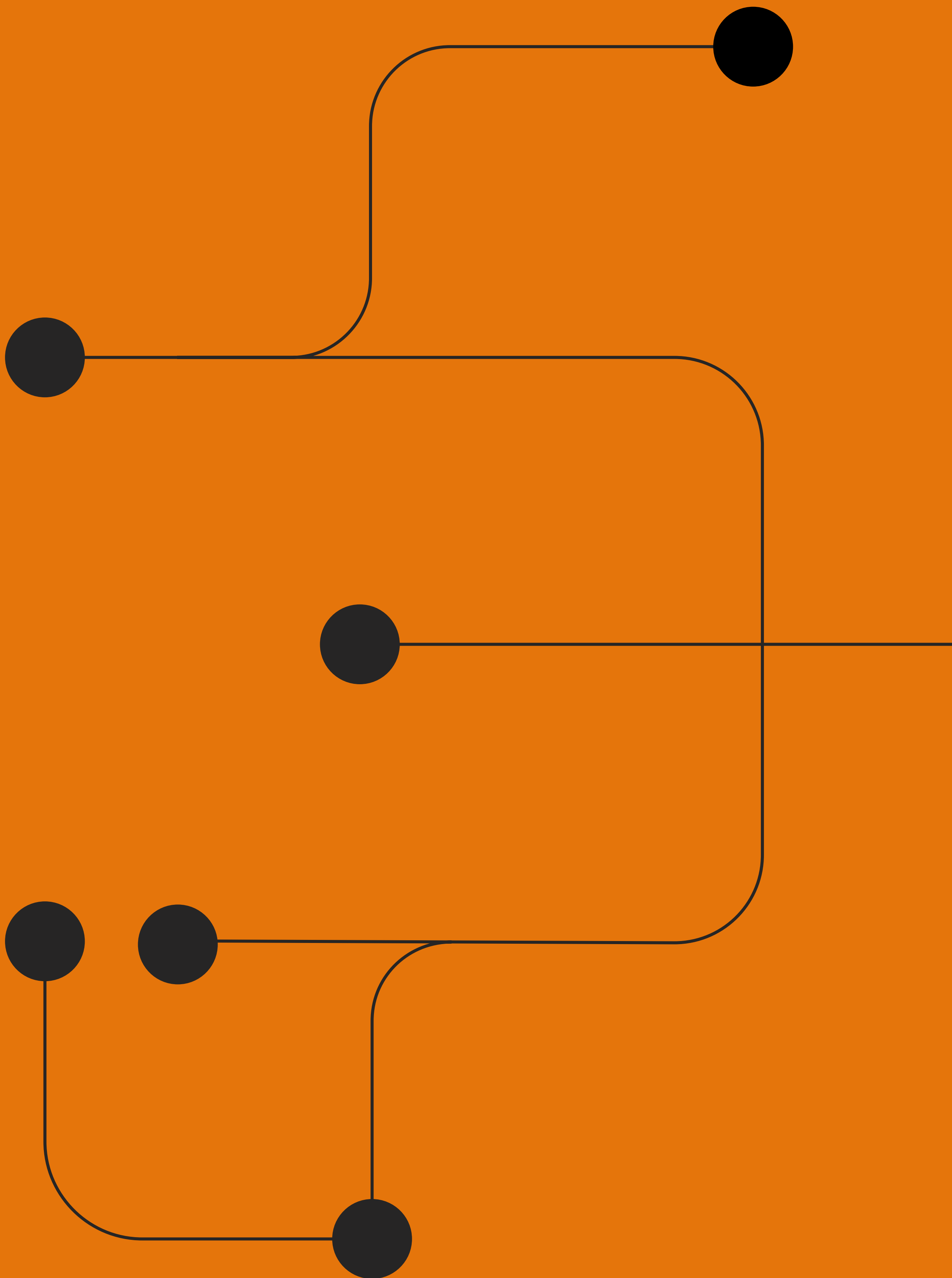


Mapa tátil em área externa no Memorial da América Latina, em São Paulo.



Jovem com deficiência visual toca maquete tátil do Parque Olímpico do Rio.

03



Fonte Nova
Inclusiva

3.1

Boas práticas além da norma

As normas técnicas e decretos brasileiros que definem os padrões para acessibilidade são bastante abrangentes e específicos.

No entanto, por melhor que sejam os códigos normativos, não conseguem abarcar a variedade e complexidade de situações em que a acessibilidade se faz necessária.

Por isso, as obrigatoriedades legais não devem ser o único parâmetro para a promoção da inclusão.

Abaixo estão reunidas recomendações que vão além da norma e se aplicam ao caso específico da Arena Fonte Nova.

Muitas soluções são de fácil implementação e têm efeito imediato, enquanto outras são mais complexas e precisam ser testadas e validadas caso a caso.

A promoção da inclusão é uma tendência mundial, e a acessibilidade é a principal ferramenta para tornar espaços, serviços, produtos e conteúdos realmente inclusivos.

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA



Medida de acessibilidade

As **vagas de estacionamento reservadas** devem estar na proporção estabelecida pela legislação e normas técnicas vigentes.

Garanta **espaços reservados para cadeiras de rodas** em várias seções do estádio ou arena. Se certifique que pessoas com mobilidade reduzida também possam acessar os assentos mais acessíveis disponíveis.

Elevadores e Rampas acessíveis para facilitar o acesso a diferentes áreas.



Público beneficiado

Pessoas com deficiência, Pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e pessoas com criança de colo.

Pessoas em cadeira de rodas e acompanhantes.

Pessoas em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes, crianças.

Certifique-se de que os banheiros acessíveis sejam funcionais, com espaço suficiente para giro de cadeiras de rodas e barras de apoio, entre outros itens obrigatórios.	Pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida e acompanhantes.
--	---

O banheiro para ostomizados é uma medida adicional para garantir o conforto e higiene de pessoas ostomizadas.	Pessoas ostomizadas
--	---------------------

Sanitário familiar específico para famílias com bebês e crianças pequenas, equipado com trocador e adaptado para uso de pessoas com deficiência.	Famílias
---	----------

ACESSIBILIDADE SENSORIAL



Medida de acessibilidade



Público beneficiado

Assentos Específicos para pessoas com deficiência visual ou auditiva, proporcionando uma experiência otimizada.

Pessoas com baixa visão, pessoas cegas, pessoas com baixa audição, pessoas surdas.

Piso Tátil para orientação de pessoas com deficiência visual desde a calçada, disponíveis em todos os acessos e com trajetos para todos os espaços do estádio.

Pessoas com baixa visão, pessoas cegas.

Sinalização em braille nas escadas, banheiros e elevadores

Pessoas com baixa visão, pessoas cegas,

Mapas táteis em pontos estratégicos ajudam a pessoa com deficiência visual a compreender as distâncias, os serviços, pontos de interesse e a rota do piso tátil.

Pessoas com baixa visão, pessoas cegas,

Cardápio em Braille do bar em braille para uso frequente, feito em material resistente

Pessoas com baixa visão, pessoas cegas,

Sala sensorial para suporte em crise, hiperestímulo ou desregulação de pessoas sensíveis.

Pessoas autistas, com Síndrome de Down e com crise de ansiedade e acompanhantes.

Libras no telão nos avisos de alerta, hino nacional, hino do Bahia, substituições, cartões, etc.

Pessoas surdas.

Audiodescrição ao vivo presencial para pessoas com deficiência visual durante jogos ou eventos culturais.

Pessoas com baixa visão, pessoas cegas.

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E COMUNICACIONAL



Medida de acessibilidade



Público beneficiado

Treinamento de equipe permanente e staff para estabelecer processos para receber o público com deficiência e eliminar barreiras de acessibilidade.

Todos os públicos.

Sensibilização do Público através de campanhas de sensibilização entre os fãs para incentivar um ambiente inclusivo.

Todos os públicos.

Vídeo guia acessível em desenho universal, com informações pertinentes como acesso, serviços, história.

Todos os públicos.

Transmissões acessíveis com legendas, audiodescrição e Libras.

Público com deficiência sensorial.

**Informações
acessíveis na internet**

sobre os eventos e serviços seguindo recomendações de boas práticas que garantam a acessibilidade dos sites e redes sociais.

Todos os públicos

**Descrição de
imagens para
redes sociais**

na comunicação institucional garantem que pessoas com deficiência visual saibam o conteúdo das imagens.

Usuários de leitores de tela, em geral, pessoas com deficiência visual.

**Libras para redes
sociais**

em contextos específicos amplia o alcance da mensagem e estreita o relacionamento com a comunidade surda.

Pessoas surdas, com baixa audição e usuárias de Libras.

Libras no telão em avisos de alerta, hino nacional, hino do Bahia, substituições, cartões, etc.

Pessoas surdas, com baixa audição e usuárias de Libras.

Atendimento especializado

para pessoas com deficiência. Balcão de informações para pessoas com deficiência em pontos estratégicos do estádio.

Pessoas com deficiência em geral.

Tour Acessível na Fonte Nova em Libras e audiodescrição. Medidas de acessibilidade sob demanda ampliam o público do tour e têm caráter pedagógico e educativo, reforçando o compromisso com a inclusão.

Pessoas com deficiência em geral.

Placas de orientação adicional podem fornecer informações importantes como: sanitários mais próximos, sanitários acessíveis mais próximos, serviços de emergência e saída de emergência.

Todos os públicos.

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA



Medida de acessibilidade

O **Wi-Fi** é importante para permitir o uso de tecnologias assistivas, como aplicativos de tradução de língua de sinais ou guias de áudio. Se o



Público beneficiado

Público com deficiência em geral

Site acessível para venda de ingresso e divulgação de informações atualizadas. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão, todos os sites de empresas brasileiras devem ser acessíveis.

Todos os públicos.

POLÍTICAS INCLUSIVAS



Medida de acessibilidade

Descontos ou benefícios para pessoas com deficiência e acompanhantes.

Permita a presença de **acompanhantes sem custo** adicional para garantir a assistência necessária.

Programa de acessibilidade continuado através de um grupo de trabalho com embaixadores do tema, pessoas com deficiência e colaboradores permanentes da Fonte Nova. Dessa maneira, não há retrocesso na implementação de uma cultura inclusiva.



Público beneficiado

Público com deficiência e acompanhantes

Público com deficiência e acompanhantes

Todos os públicos

3.2

Para saber mais



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PELO BRASIL E MUNDO

Acessibilidade para surdocegos em jogo da Copa de 2014

Reportagem do Jornal Hoje

A promessa do Catar de entregar a Copa mais acessível da história.

Blog pessoal de Maria Eduarda Machado

Mãe palmeirense que narra jogos para filho cego ganha prêmio no Melhor do Mundo da Fifa

Reportagem ESPN Brasil

Lei estadual do RN obrigados a criação de salas de descanso sensorial

Reportagem Tribuna do Norte

Lei municipal do Rio de Janeiro estabelece salas sensorial para quaisquer estádio, ginásio ou arena

Sala sensorial da Arena Corinthians

Reportagem da Gazeta Esportiva

Sala sensorial da Arena MRV

Reportagem da Rádio Itatiaia – Esporte

Alianz Parque - Acessibilidade

Página de divulgação da acessibilidade fornecida pelo equipamento multiuso



DOCUMENTOS, GUIAS E MANUAIS DE ACESSIBILIDADE ESPORTIVA

*Acesso para Todos - Guia de boas práticas
da UEFA e do CAFE*

*Accessible Stadia - Um guia de boas
práticas para o design de soluções
acessíveis para espectadores com
deficiência e outros usuários
(FSIF) e (FLA).*

*Level Playing Field - Compilado normativo
de acessibilidade por várias instituições
esportivas*

*Guia de acessibilidade do Comitê
Paralímpico Internacional, de 2020 (IPC)*

Referências

BERNARDI, Núbia. A aplicação do conceito do Desenho Universal no ensino de arquitetura: o uso de mapa tátil como leitura de projeto. 2007. 340p. Tese [Doutorado] Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência [Estatuto da Pessoa com Deficiência]. Brasília, DF: Diário Oficial da União: 2015.

CARLETTO, A. C.; CAMBIAGHI, S. Desenho Universal: Um conceito para todos. São Paulo: Mara Gabrilli, 2009.

DALL'AGNOL, T. C. Conheça o modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência. Diário da Inclusão Social, 2018. <https://diariodainclusaosocial.com/2018/04/26/conheca-o-modelo-de-avaliacao-biopsicossocial-da-pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; PIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. Florianópolis: MPSC, 2012.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. Acessibilidade na comunicação - módulo 1. Pasta Pública. Brasília: ENAP, 2021.

MACE, Ronald; HARDIE, Graeme J.; PLACE, Jaine P. Accessibility environments: Toward Universal Design. Raleigh: North Carolina State University, 1991.

OLIVEIRA, A. S. D. A. Acessibilidade Espacial em Centro Cultural: estudo de casos. 2006. Dissertação [Mestrado] - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

OMS. Organização Mundial da Saúde. Relatório mundial sobre a deficiência. São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Rumo a uma Linguagem Comum para Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF. Genebra, 2002.

Ficha Técnica

Produção e execução

Mundo Grande Acessibilidade

Coordenação do projeto

Saulo Tomé

Textos

Larissa Scarano

Saulo Tomé

Consultoria

Ednilson Sacramento

Elinilson Soares

Zenira Rebouças

Projeto Gráfico e Diagramação

Emanuele Rosa

Estagiários

Edcarlos Cabral

Joana Machado Nogueira Santos

Foto da capa

Uiler Costa

